ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALCÁCER DO SAL
DELIBERAÇÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

Aprovado por
Maioria, com 2
abstenções
Sessão de 20/02/15
A Mesa,

SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

ATA Nº 06

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Alcácer do Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária, António dos Mártires Balona, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da Silva, Primeiro Secretário da Mesa, Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Segundo Secretário da Mesa e os Membros, Duarte Manuel Lynce de Faria, Manuel Fernando Silva da Rocha, Luís Miguel Visinho Nunes, Nuno Miguel Adelaide Rodrigues Dias, Maria Helena Murcho Guerreiro, Luzia Maria Carvalho Maurício, Maria Antónia Foito Crespo, Serafim António Martins Inocêncio, Vítor Manuel Elias Rosa, Ana Isabel Bernardo Semião, Carla Manteiga (em regime de substituição), Leonardo Jacinto, Carlos Alberto Santana Baião, Ricardo Jorge M. Campos (em regime de substituição), Jerónimo Jacinto de Almeida, José Carlos Nascimento dos Reis, Maria de Lourdes V. Serrinha (em regime de substituição), Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana, Virgílio Manuel da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Maria José Coelho Martins, Presidente da Junta de Freguesia da Comporta e Albino António Batista Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Paulino Chaves, Vice-Presidente e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus e Isabel Cristina Soares Vicente.

Verificou-se a ausência das Deputadas Maria Gertrudes Ramos Miguel, Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes e Sara Patrícia Guerreiro Jacinto tendo as mesmas apresentado justificação, que fica arquivada em pasta anexa à ata.

Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, verificou-se a existência de quórum, pelo que o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou os presentes e solicitou ao Segundo Secretário que procedesse à leitura do resumo da correspondência.

1. Expediente:

O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência, recebida no período de 26-09-2014 a 11-12-2014, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

2. Análise e votação da Ata da sessão realizada em 26/09/2014:

- Ata nº 05 de 26 de Setembro de 2014 foi aprovada, por maioria, com 4 abstenções dos Deputados Nuno Dias, Maria Antónia Crespo, Luzia Carvalho e Carla Almeida, por ausência na referida reunião.

Intervenções:

O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que o envio dos documentos para as reuniões da Assembleia Municipal por e-mail, é mais eficiente. Solicitou que, se algum Deputado tiver dificuldades em receber os documentos, os mesmos deverão ser distribuídos de outra forma.
Questionou o porquê de não ter sido enviado as atas das reuniões de Câmara Municipal, como era habitual.

O Presidente da Assembleia, sobre o envio da documentação, referiu que os serviços têm indicações para que os documentos sejam cedidos em papel, se algum Deputado tiver dificuldades em aceder ao e-mail.
Sobre a questão do não envio das atas das reuniões de Câmara, o Presidente da Assembleia, informou que de acordo com a legislação, as minutas das atas e as atas, serão enviadas à Mesa da Assembleia após a sua aprovação. Disse que, se os Deputados as solicitarem as mesmas serão disponibilizadas.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que para os Deputados acompanharem os trabalhos da Câmara, era conveniente que tivessem acesso às atas, que são do ponto de vista político fundamentais para exercerem uma das suas competências, que é a fiscalização da Câmara Municipal.

O Presidente da Assembleia, informou que as minutas e as atas das reuniões de Câmara, serão enviadas aos Deputados logo que cheguem à Mesa da Assembleia.

O Presidente da Câmara, pediu a palavra e informou que a Câmara aprova as atas em minuta, no final de cada reunião e são colocadas on-line no site do Município, onde estão disponíveis para consulta.

O Deputado Duarte Lynce de Faria disse que não se referiu às minutas das atas mas, sim às atas, que são um instrumento fundamental para poderem acompanhar e fiscalizar os trabalhos da Câmara Municipal.

O Presidente da Assembleia disse que não há intenção de ocultar informação aos Deputados e voltou a informar que as minutas e as atas das reuniões de Câmara, serão enviadas aos Deputados logo que cheguem à Mesa da Assembleia.

O Presidente da Assembleia informou que foram presentes à Mesa da Assembleia Municipal, um Voto de Pesar, 4 (quatro) Moções, uma Saudação e um Requerimento.
A Moção "A" – ***(Sobre os despedimentos no Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social)***, apresentada pelos Deputados da CDU.
A Moção "B" - ***(Pela defesa dos postos de trabalho na Segurança Social)***, apresentada pelos Deputados do PS.
A Moção "C" - ***(Pela defesa das águas públicas, de todos e para todos os cidadãosl)***, apresentada pelos Deputados do PS.
A Moção "D" – ***(Orçamento de Estado de 2015 e o Poder Local***, apresentada pelos Deputados da CDU.
O Voto de Pesar, pelo falecimento de Gracieta Baião, apresentado pelos Deputados da CDU.
A Saudação ***(Pelo Reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade),*** apresentada pelos Deputados da CDU.
O Requerimento, sobre os edifícios públicos com amianto no concelho de Alcácer do Sal e equipamentos municipais com amianto, apresentado pelos Deputados do PS.

O Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados da CDU que procedessem à leitura do Voto de Pesar, pelo falecimento de Graciete Baião.
O Voto de Pesar foi lido pela Deputada Luzia Carvalho.
Intervenções:
O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que, o Grupo Municipal do PS associa-se ao voto de pesar. Acrescentou que, teve a ocasião de enquanto autarca, partilhar da sua experiência, do que

trouxe ao concelho, do seu trabalho e da sua dedicação relativamente a todos os Alcacerenses. Saudou o executivo pela homenagem que foi feita, porque as homenagens devem ser feitas em vida e é ai que se deve agradecer. Disse que o discurso feito pela Gracieta Baião no pavilhão da feira foi tão forte, como deveriam ser fortes as dores que tinha nesse momento. Referiu que, mais do que uma grande Alcacerense, foi uma grande mulher em todas as suas fases e que tiveram sorte em tê-la entre todos. Disse que, se deve continuar a pensar nela, a vivê-la e sobretudo recordar que o nome de Gracieta seja sempre identificado com o concelho de Alcácer do Sal e com o que de humanismo ela deixou, desde os tempos em que era difícil trabalhar, até aos tempos mais modernos, em que ela foi capaz de dar o que tinha de melhor ao concelho e às pessoas que mais precisavam dela.

A Deputada Luzia Carvalho referiu que, faz suas as palavras do Deputado Duarte Lynce de Faria e que nunca é de mais referir o gesto que, em boa hora, o executivo municipal tomou, de atribuir o nome da Gracieta Baião a um equipamento que ficará para sempre entre todos. Acrescentou que, foi gratificante ver no meio do sofrimento, a alegria e o contentamento que teve naquele dia. Propôs que, tendo em conta o discurso do Deputado Duarte Lynce de Faria, no final do Voto de Pesar, onde está escrito os Eleitos da CDU, se coloque os Deputados Municipais na Assembleia Municipal.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, concordou com a proposta e propôs à Mesa, que se fizesse um minuto de silêncio.

O Presidente da Assembleia, referiu que em 1990, fez o seu primeiro mandato em Alcácer do Sal como Vice-Presidente, no último mandato de Gracieta Baião. Teve esse privilégio e oportunidade de aprender os seus conhecimentos, de ver a ligação que tinha às populações e de acompanhar as obras feitas nesse período. Disse que, não pôde estar presente na cerimónia de homenagem mas que, na véspera e no próprio dia, disse-lhe que estava solidário com aquilo que o executivo da Câmara, em boa altura decidiu fazer.

O Presidente da Assembleia, em nome da Mesa, propôs que se fizesse um **minuto de silêncio,** em memória de Gracieta Baião.

Aceite a proposta por todos e feito o minuto de silêncio, o Presidente da Assembleia, deu continuidade aos trabalhos.

O Voto de Pesar, que aqui se dá como transcrito e reproduzido, fica em pasta anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

O Presidente da Assembleia, propôs que como as moções "A" e "B", são idênticas em termos de conteúdo, deveriam ser apreciadas em conjunto, o que foi aceite por todos os Deputados.

O Presidente da Assembleia agradeceu a presença na sessão, de pessoas ligadas à Segurança Social e propôs aos Deputados que, tendo em conta o teor das duas Moções, fosse permitido às mesmas intervirem, se assim o entenderem. A proposta foi aceite por todos os Deputados.

Seguidamente, foram apresentadas as moções "A" e "B", para apreciação e votação conjunta.
A moção "A" - ***(Sobre os despedimentos no Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social)***, apresentada pelos Deputados da CDU, foi lida pelo deputado Nuno Dias e a moção "B" – ***(Pela defesa dos postos de trabalho na Segurança Social),*** apresentada pelos deputados do PS, foi lida pela deputada Ana Isabel Semião.
O Presidente da Assembleia colocou as duas moções a discussão.
Intervenções:
O Deputado Nuno Dias, disse que os Deputados da CDU, sempre procuraram combater este tipo de políticas, implementadas de forma abrupta, que não têm em conta aquilo que é o funcionamento dos serviços e não correspondem ao interesse dos trabalhadores, nem das populações. Referiu que combateram e manifestaram-se contra a mobilidade especial. Acrescentou que uma das propostas que, o Grupo Parlamentar do PCP fez em relação ao orçamento de estado para 2015, foi a revogação da Lei relativa à requalificação.
Referiu que se tem assistido nos últimos anos, não só por parte deste Governo, mas também do anterior Governo do Partido Socialista, na Segurança Social, bem como em outros serviços, a redução do número de trabalhadores. Disse acreditar que estas medidas possam não ficar por aqui, porque esta política é um ataque às funções sociais do estado, nas questões da Segurança Social, da Educação e da Saúde. Registou que, é importante ter esta posição conjunta e considerou bastante importante o que tem sido feito pelo concelho, ao nível da Assembleia Municipal, por parte de ambas as bancadas, mas não podem esquecer aquilo que não é da única responsabilidade deste Governo. Lembrou que, a Lei 12-A de 2008, elaborada pelo Partido Socialista, permitiu a eliminação do vínculo público. Disse esperar que não só no contexto local, mas também no contexto nacional, possa haver alguma inversão em relação a estas políticas por parte do Partido Socialista, que hoje está na oposição, mas futuramente poderá ser governo.
Concluiu, que estão solidários com esta luta e continuarão a denunciar esta medida extremamente injusta.

O Deputado Duarte Lynce de Faria propôs que as listas de distribuição das moções fossem idênticas.
Em relação à Lei que o Deputado Nuno Dias referiu, disse que a mesma não tem a ver com despedimentos, mas sim com a reestruturação do setor público e que a requalificação não tem nada a ver com mobilidade, porque enquanto a requalificação pode levar à extinção do posto de trabalho, a mobilidade não o permite.
Referiu que, só fazem sentido as duas moções terem a mesma lista de distribuição, se as mesmas forem votadas por unanimidade.
Acrescentou que, apesar estar mencionado na moção da CDU, o Governo do PS, e de não concordar com a forma como está escrita, não vai propor a sua alteração. Porque essa é apenas uma pequena gota numa coisa que é mais importante e que não podem ter vistas curtas e não podem olhar apenas quando há algo do lado de lá que não concordamos, têm que ver que neste momento há cerca de setecentas pessoas que estão em risco de perder o posto de trabalho e que todos se devem unir, para que isso não aconteça.
Disse que, o Partido Socialista local e sobretudo o Grupo Municipal, tudo fazem para que possam ter posições que forcem todas as tomadas de posição, o mais possível em conjunto, porque é a única maneira que têm para responder ao que o Governo está a fazer.

A Deputada Maria Antónia Crespo referiu que nesta situação trata-se de despedimentos que afetam o concelho. Disse que concorda com o que foi dito mas, não gostou de ouvir o Deputado Duarte Lynce de Faria falar na mobilidade como uma pequena gota, o que não é verdade. Também não gostou quando falou em vista curtas, porque têm uma grande abertura, vêm toda a situação e conhecem a realidade. Referiu que este é um grande problema e que têm de pensar no que podem fazer para ajudar.

O Deputado Nuno Dias disse que o que está em causa é a questão dos trabalhadores, da importância que isso tem para o concelho e das circunstâncias em que isso tem ocorrido. Referiu que não colocam em causa o espirito das moções e aquilo que elas fazem referência em termos desta situação, relativamente a este governo, mas politicamente há responsabilidades ao longo do tempo que têm de ser tidas em conta. Disse que, não disseram que as responsabilidades das circunstâncias atuais são do Partido Socialista, o que disseram é que é importante para memória de todos, perceber qual tem sido o discurso e a prática. Acrescentou que essa questão não coloca em causa a votação das duas moções, o espirito das moções, nem a solidariedade pelos

trabalhadores e a sua importância para o concelho. Lembrou que, há pouco tempo sobre a questão do tribunal e de outros serviços públicos, que ao longo do tempo têm sido desmantelados, sobre as quais as posições têm sido consensuais, apesar de haver diferenças em relação à forma de encarar estas questões e medidas que têm sido tomadas.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que não tinha dito que a CDU tinha vistas curtas e que foi para evitar situações de vistas curtas que efetuou o pedido. Disse que, o mais importante é que estas moções sejam votadas em conjunto e por unanimidade, porque é isso que esperam todos aqueles que estão a ser atingidos com este flagelo e que a lista de distribuição seja única e subscritas por todos os Deputados.

A Deputada Luzia Carvalho, disse que estão a falar no despedimento de cerca de setecentos trabalhadores, no imediato, como aliás vem referido na moção, porque deixa subjacente a intenção de que não ficará somente por estes serviços. Referiu que há falta de apoio das entidades onde esses funcionários estão a exercer as suas funções e que vai haver a ausência de apoio de serviço público para as populações, que são os mais desprotegidas e onde isto se vai reflectir.
Informou que, os Deputados da CDU concordam que a lista de distribuição seja igual para as duas moções e propôs que, as mesmas, também fossem publicadas na página oficial do Município.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, concordou com a proposta da Deputada Luzia Carvalho.

O Presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal, Arlindo José Passos, referiu que em 2008 era sindicalista e que foi nesse ano que começaram a alertar para estas questões, quando o PS acabou com o vínculo de nomeação da função pública. Disse que, em 2009, quando passou de funcionário público nomeado para contratado por tempo indeterminado, já sabia que em qualquer altura poderia ser despedido. Referiu que, ainda bem que hoje estão todos a lutar por esta causa, mas foi pena que noutras alturas tivessem andado a lutar de costas viradas.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, disse que aquilo que os une relativamente a estas duas moções é mais importante do que aquilo que os separa e que não precisa de ir buscar o passado para construir um futuro diferente, o que precisa é de aprender com o passado.

O Presidente da Assembleia disse que, a moção apresentada pelos Deputados da CDU refere os impactos que esta medida teve no concelho, sobretudo ao nível da CPCJ. Propôs que, apesar de

ainda não estar no período de intervenção do público, fosse dada a palavra aos representantes da CPCJ.
Todos os Deputados concordaram com a proposta.

Interveio a Dr.ª Maria João Batoque, Comissária na CPCJ de Alcácer do Sal, referindo que estão a viver um momento dramático e que são poucos técnicos. São uma comissão relativamente pequena para todos os problemas que assolam o concelho, que não é isento de toda a conjuntura económica que se vive atualmente e que têm tido bastantes sinalizações. Disse que o facto de terem neste momento a eminência da saída da presidente, deixa-as completamente arrasadas. Informou que, têm neste momento sessenta casos, que não são só de negligência básica, são casos de abusos sexuais, físicos e casos de crianças que dependem do seu acompanhamento. Solicitou, aos Deputados da Assembleia, que se juntem a eles nesta causa e referiu que não está só em causa o despedimento de cerca de setecentos trabalhadores, dos quais dois são do concelho de Alcácer do Sal, está também em causa as sessenta crianças e sessenta famílias. Acrescentou que muitos mais casos virão, porque o agravamento da situação económica e social leva a que este problema se esteja a agravar diariamente. Disse que com esta saída a situação fica muito precária e acha que este problema vai cair em cima da autarquia, porque com a saída do representante da Segurança Social, fica o técnico da autarquia com maior afetação. Referiu que são representantes de IPSS e têm afetações mínimas, mas dão tudo aquilo que podem e que muitas vezes vão por amor à camisola porque estas crianças merecem toda a sua atenção. Solicitou o apoio de todos, na defesa dos setecentos postos de trabalho e também da população do concelho.

O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o assunto em questão.
O Presidente da Câmara, disse que se associa às manifestações que foram colocadas, que foram expressas na última intervenção e nas propostas que foram apresentadas, porque efectivamente, aquilo que está em causa é muitíssimo preocupante. Faz parte de uma estratégia da atual maioria, de esvaziar as funções públicas do estado, designado por estado social, que são conquistas de Abril e da Democracia Portuguesa, na educação, segurança social, saúde, justiça e noutras áreas. Acrescentou que esse esvaziamento é feito através do despedimento de trabalhadores, embrulhado numa figura que se chama requalificação, onde os trabalhadores passam para o INA (Instituto Nacional de Administração), vêem reduzido o seu salário para 60% no primeiro ano e para 40% no segundo.

Referiu que são prejudicados os trabalhadores e também aqueles que mais necessitam, que muitas vezes não têm voz e que têm nestas entidades uma primeira linha de proteção e de salvação de muitas crianças.

Disse que, este assunto foi discutido na Assembleia da República, onde as várias forças políticas tomaram as suas posições e onde se viu uma grande frieza do Governo e de uma maioria que se diz estar do lado dos Portugueses e dos que mais necessitam.

Informou que, a Câmara Municipal e Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, já tomaram posição e rejeitaram esta medida. Disse que contatou a Sr.ª Diretora da Segurança Social e manifestou o seu protesto por esta medida, que lhe deu desculpas sem sentido relativamente a esta matéria.

Informou que está em cima da mesa uma proposta do Governo de transferir competências para os Municípios, na área da educação, segurança social, saúde e cultura. Acrescentou que, no caso da educação, essa transferência não será universal, será feita por contratos inter-administrativos, nos quais os Municípios passam a suportar todos os encargos da área da educação até ao secundário.

Recordou que, as IPSS do país, tal como os Bombeiros, estão a desempenhar um serviço no qual se estão a substituir ao estado, nas áreas da saúde e da segurança social, que são áreas da administração central. As áreas do poder local estão muito bem identificadas e os Municípios Portugueses cumprem as suas responsabilidades.

Referiu que o estado está a libertar-se de funcionários mandando-os para o despedimento e reduzindo respostas sociais à população, o que é inaceitável.

Informou que a Câmara Municipal tomou logo uma posição insurgindo-se contra estas medidas.

O Presidente da Assembleia, agradeceu à Dr.ª Maria João Batoque, a sua intervenção e disse que a Mesa da Assembleia Municipal está disponível para acompanhar e para apoiar qualquer iniciativa que seja proposta.

Sugeriu que as moções, também fossem enviadas para as Câmaras e Assembleias Municipais do distrito de Setúbal.

A sugestão foi aceite por todos os Deputados.

O Presidente da Assembleia colocou as duas moções a votação.

Deliberação: As duas moções foram aprovadas, por unanimidade.

As moções "A" e "B", que aqui se dão como transcritas e reproduzidas, ficam em pasta anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

O Presidente da Assembleia solicitou aos Deputados do PS que apresentassem a moção "C".
A Moção "C" - ***(Pela defesa das águas públicas, de todos e para todos os cidadãos!)***, apresentada pelos Deputados do PS, foi lida pela Deputada Helena Guerreiro.

O Presidente da Assembleia colocou a moção a discussão.

Intervenções:

O Presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal, Arlindo José Passos, referiu que a Câmara Municipal de Alcácer do Sal, foi obrigada a ir para as Águas do Alentejo, na altura do Governo PS. Referiu que são contra a privatização da água e sempre o foram e tiveram de entrar nas Águas do Alentejo por força do sistema. Disse que, mesmo assim as Águas do Alentejo com a força dos municípios da CDU, foi a única que conseguiu discutir como devia ser e é a única em que se houver privatização, os Municípios têm opção de compra.
Disse que, está de acordo com a defesa das águas públicas, mas estava mais de acordo com esta moção se a mesma tivesse sido apresentada há dez anos.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, disse que uma coisa é privatizar-se e outra coisa é deter na mão dos Municípios uma cláusula, que os Deputados da Assembleia Municipal, lutaram para que não fosse permitido que as Águas do Alentejo fossem detidas em menos de 51%. Acrescentou que essa situação não é um dado adquirido, porque se o Governo alterar a Lei, de forma a permitir um aumento de capital social, ao qual os Municípios não possam aceder, o problema começa a ser diferente. Disse que uma questão é o método de gestão e outra coisa é querer privatizar. Lembrou que, na Assembleia Municipal, já foi vista uma concessão que foi louvada pelos Deputados da bancada do PS, a forma como foi possível, mesmo privatizando, defender o interesse público. Acrescentou que o problema é que a maioria das concessões, neste país, se fazem de forma desreguladas e permitem tornar bens públicos em bens rentáveis para alguns privados.
Referiu que estas aglomerações dos Municípios na gestão das águas é claramente uma perspectiva de futuro para as privatizar, porque os grandes grupos económicos não têm interesse em gerir Municípios que não lhes dê lucro, mas se houver uma centralização desses Municípios em relação às questões das águas e dos resíduos, torna-o apetecível e o serviço público deixa de ser feito. Mencionou ainda que a maioria dos cadernos de encargos deixam de ser feitos pelos municípios e passam a ser geridos pelos Governos e a partir dai as consequências são directamente nas populações e nos Municípios. Nas populações, porque sentem o aumento das tarifas e nos Municípios porque são incapazes de alterar essas situações, porque estão claramente limitados pelo poder central, que é neste momento uma coligação de direita, do PSD e do CDS-PP.

O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o assunto em questão.

O Presidente da Câmara, disse que preside a Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública, que envolve 21 Municípios do Alentejo, nos quais está Alcácer do Sal. Foi membro fundador das Águas Públicas do Alentejo, que juntamente com Fernando Caeiros, António Camilo e José Pós de Mina, foram o núcleo duro, que negociou com o Governo da altura e com as Águas de Portugal um sistema, que foi considerado um exemplo para o país, na reunião do Conselho de Concertação Social, pelo Sr. Ministro do Ambiente.

Relativamente a esta proposta de moção, o Presidente da Câmara, disse que esta questão não começou há três anos, mas sim há muitos anos atrás, com a criação da Lei de limitação de setores, no final dos anos 80 e intensificou-se com a criação dos sistemas multimunicipais, nos quais os municípios foram obrigados a alienar competências, no domínio da água e deixaram de ter vós ativa. Disse que, os Municípios do Alentejo e da Península de Setúbal, nunca quiseram este sistema, quiseram sempre sistemas intermunicipais e aqueles que tiveram força e foram até ao fim, como foi o caso de vinte e um Municípios do Alentejo, delegaram competências no estado, mas disseram que não queriam caudais mínimos obrigatórios e queriam uma comissão de parceria onde pudessem discutir os valores dos tarifários.

Informou que, neste momento estão num processo duríssimo com o Estado Português, de discussão para baixar os tarifários e o que está a ser negociado, ao contrário do que diz a moção, não é baixar os tarifários, como foi dito em conferência de imprensa pelo Sr. Ministro do Ambiente, em outubro. Acrescentou que, na origem desta questão estão os sistemas multimunicipais que têm mais de 20 anos e que agora querem agregar sistemas e condensar tudo, para aumentar tarifas e verticalizar sistemas e, querem obrigar a passar a gestão municipal da água em alta e em baixa para o mesmo sistema.

Referiu que a ERSAR está a fazer o novo regulamento tarifário, que obriga os Municípios a ter tarifas fixas e a cobrar tarifas de resíduos sólidos urbanos. Informou que, os vinte e um Municípios do Alentejo rejeitam essa situação e que as Câmaras estão a pagar as dívidas todas e um passivo brutal para pagar o capital social.

Disse que, pelo que ouviu na Assembleia, todas as pessoas são defensoras da água pública, mas acha que se deveria, em relação aos conteúdos, ir mais longe, falar na ERSAR e num conjunto de outras questões.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, relativamente ao quinto parágrafo da moção esclareceu, que essa posição é a do Governo e não a dos Deputados do PS. Concordou com o desafio que o Presidente da Câmara lhes fez de se alterar a moção e disse que, em 2014, a ERSAR passou a ter competências sancionatórias que não tinha anteriormente e isso foi uma delegação que o Governo fez, que mudou a função e a força da ERSAR.

O Presidente da Assembleia, informou que a bancada da CDU fez chegar um pedido, para que a Mesa concedesse cinco minutos de intervalo, para que pudessem analisar a moção. Propôs que, se todos os Deputados estivessem de acordo, fazia-se um intervalo de cinco minutos.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, propôs que fosse um trabalho conjunto, para que possam chegar a um parágrafo que sintetizasse aquilo que são as preocupações da Câmara.

O Presidente da Assembleia, questionou se os Deputados da CDU, mantêm a necessidade de fazer um intervalo de cinco minutos.
Os Deputados da CDU, confirmaram a necessidade de se fazer um intervalo e como todos os Deputados estiveram de acordo, o Presidente da Assembleia, interrompeu a reunião durante cinco minutos.

O Presidente da Assembleia, passado cinco minutos, reiniciou os trabalhos.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, disse que depois das sugestões dos Deputados da CDU, estiveram a trabalhar e que a proposta que, a Deputada Luzia Carvalho, vai ler é uma proposta conjunta das duas bancadas.

A Deputada Luzia Carvalho, em nome da bancada da CDU, agradeceu pela concessão deste intervalo. Informou que iria ler apenas os parágrafos que foram alterados, sugeriu a reinscrição da moção de acordo com alterações feitas e procedeu à leitura das mesmas.
Sublinhou, que as propostas de alterações que sugeriram nesta moção têm sobretudo a ver com questões que consideram essenciais e uma linguagem que consideram fundamental que conste nesta moção sobre um assunto que é muito importante e delicado.

O Presidente da Assembleia, congratulou-se com o trabalho desenvolvido, o qual deve ser registado como um exemplo daquilo que é o espírito que deve presidir na Assembleia, com a

apresentação de propostas e discussão das mesmas de uma forma construtiva, para que atinjam aquilo que são os objetivos comuns de marcarem uma posição sobre problemas que são preocupantes, como é a questão da água.

O Presidente da Assembleia colocou a moção a votação.

Deliberação: A moção foi aprovada, por unanimidade.

A moção "C", que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

O Presidente da Assembleia solicitou aos Deputados da CDU que apresentassem a moção "D".

A Moção "D" – ***(Orçamento de Estado de 2015 e o Poder Local)***, apresentada pelos Deputados da CDU, foi lida pela Deputada Maria Antónia Crespo.

O Presidente da Assembleia colocou a moção a discussão.

Intervenções:

O Deputado Nuno Dias, disse que as limitações impostas são a sonegação de receitas dos Municípios e interferem nas suas tomadas de decisões, ao nível da contratação de pessoal e naquilo que são as reduções de verbas do orçamento de estado para os Municípios. Referiu que, é extramente importante continuar a criticar e condenar este tipo de medidas. Disse que, infelizmente, as políticas que este Governo prossegue, no que diz respeito aos Municípios e também à população em geral, com promessas de melhoria das condições de vida dos portugueses e de reposição de salários e de pensões, é uma falácia que se está a construir, pois que com o orçamento de estado para 2015, há a continuação do congelamento dos salários, o pagamento faseado dos subsídios de férias e de natal, admitindo-se que poderão continuar a ter os aumentos ao nível da ADSE. Continua uma política com vista à privatização de serviços, que aumenta a sobrecarga de impostos e que a questão da fiscalidade verde, tudo leva a crer que possa ser mais um imposto de forma encapotada, com o pretexto das questões ambientais.

Referiu que, o PCP tem-se debatido contra estas políticas e fizeram propostas no sentido da revogação da Lei da requalificação, da revogação do pagamento das taxas moderadoras na saúde, da contratação a termo resolutivo na administração pública e defendem a reposição dos salários e das pensões.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, disse que no dia 30 de outubro, retirou do Jornal Público uma notícia que diz que as autarquias podem aumentar os gastos mas, curiosamente, no Alentejo e no Ribatejo não há nenhuma nessa situação e que as autarquias vão poder voltar a contratar e

rescindir, mas o que se trata é do emagrecimento das estruturas autárquicas, mesmo que possam contratar no limite. Acrescentou que, na verdade, já não têm leis de finanças locais, o que estão a ter são sucessivos garrotes cada vez maiores, ao nível da contratação e do planeamento ou da execução.

Referiu que, estão no início de um novo quadro comunitário de apoio e que para libertar as verbas vai ser muito mais difícil do que foi nos quadros anteriores, o que tem uma influência directa nas autarquias, porque cerca de 70% a 80% dos seus orçamentos são orçamento corrente. Disse que, necessariamente o pequeno orçamento de capital que existe para o investimento terá que ser reforçado com fundos comunitários. Questionou onde estão os fundos comunitários, quais são as candidaturas e como é que os Municípios subsistem durante um período destes.

Disse esperar que este orçamento de 2015 seja o último que tenham que discutir e que a orientação política tem que ser outra. Referiu que esta orientação política visa, claramente, a destruição do estado social e que se vai demorar muito tempo para recuperar aquilo que se perdeu. Referiu que, concorda inteiramente com a moção.

O Presidente da Assembleia colocou a moção a votação.

Deliberação: A moção foi aprovada, por unanimidade.

A moção "D", que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

O Presidente da Assembleia solicitou aos Deputados da CDU que apresentassem a saudação.

A Saudação ***(Pelo Reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade),*** apresentada pelos Deputados da CDU, foi lida pelo Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Virgílio Manuel da Silva.

Intervenções:

A Deputada Luzia Carvalho, disse que na sua opinião, esta saudação, reflete um pouco o sentimento de todos os alentejanos, relativamente a este reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade. Referiu que, não sendo o concelho de Alcácer do Sal um dos maiores representantes da tradição dos cantares alentejanos, existe no concelho um digno representante deste património cultural. Propôs que, conjuntamente com esta saudação, seja saudado o Grupo Feminino de Cantares do Xarrama, que tão bem no concelho representa esta tradição cultural, com a particularidade de que o Grupo Feminino de Cantares do Xarrama é um dos poucos grupos femininos em Portugal que canta as cantigas alentejanas, desta forma.

Tomado conhecimento.

A saudação, que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, solicitou ao Segundo Secretário que procedesse à leitura do Requerimento, sobre os edifícios públicos com amianto no concelho de Alcácer do Sal e equipamentos municipais com amianto, apresentada pelos Deputados do PS, para enviar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Segundo Secretário procedeu à leitura do Requerimento, que aqui se dá como transcrito e reproduzido, fica em pasta anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

INTERPLAÇÃO DO EXECUTIVO

O Deputado Luís Nunes cumprimentou os presentes e mencionou que os deputados deveriam ter mais informações sobre as actividades que a Câmara se encontrava a desenvolver ou iria desenvolver.

Deu como exemplo a homenagem que tinha sido feita à Ex Presidenta da Câmara Gracieta Baião no início de outubro, e tinham estado reunidos no fim de Setembro em Assembleia Municipal e ninguém tinha feito referência à mesma.

Referiu ainda a importância de terem conhecimento das atas de reunião de câmara, pois desde sempre, que tiveram acesso às mesmas.

O Presidente da Assembleia referiu que a situação das atas já tinha sido esclarecida.

O Deputado Luís Nunes salientou ainda, que no passado, os Presidentes das Juntas de Freguesia, realizavam a Assembleia de Freguesia no dia anterior à sessão da Assembleia Municipal e nessa sessão, abordavam algumas questões que tinham sido presentes na Assembleia de Freguesia.

Concluiu afirmando que estavam a passar pouca informação.

A Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Maria José Coelho cumprimentou os presentes e informou que devido à situação do BES, tinha conhecimento de que algumas pessoas que trabalhavam na parte de imobiliária já tinham sido despedidas, acrescentando que até ao fim do ano e início de Janeiro iriam acontecer mais despedimentos.

Referiu que tem tido reuniões com a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, com os municípios de Alcácer do Sal e de Grândola, com as Juntas de Freguesia e a Associação de Moradores da Torre. Estas reuniões, têm sido feitas no sentido de ajudarem os agricultores a continuarem com a sua actividade do arroz e agricultura de sequeiro, acrescentando que já tinham sido feitas algumas reuniões e na ultima tinha participado uma deputada do PCP e iria haver uma outa com o PS, no sentido da situação ser apresentada na Assembleia da Republica.
Disse que era uma situação muito grave, uma vez que de momento, da Herdade da Comporta, legalmente, ninguém poderia assinar, mas existiam rendeiros que foram informados que iriam pagar mais do que aquilo que estava no contrato.
Questionou o Presidente da Câmara, no sentido de saber se o mesmo tinha mais alguma informação relacionada com os problemas da Herdade da Comporta.

O Deputado Manuel Rocha respondeu ao Deputado Luís Nunes dizendo que estava fora mas não era por isso que não sabia o que se estava a passar no concelho, dando-lhe o exemplo do Boletim Municipal, a página do município no facebook e do portal do município. Salientou os dados que tinha sobre o cinema, pois a nível nacional estavam a descer, mas em Alcácer do Sal tinha havido um acréscimo de idas ao cinema. Referiu ainda, o elevado número de pessoas que ficaram na Pousada de Alcácer do Sal, acrescentando ainda a afluência de turistas nomeadamente espanhóis, e o aumento de visitantes à Cripta Arqueológica de Alcácer do Sal.
O Deputado Serafim Inocêncio, disse que as noticias só se referiam à cidade, e não aos arredores, ele como morador em Foros de Albergaria tinha a informar que não havia pressão na água, sublinhando que esta situação também fazia parte do concelho de Alcácer do Sal, acrescentando ainda, que rupturas de água, eram semanais.
Referiu uma outra situação que tinha a ver com os inertes, e questionou se alguém da câmara alguma vez tinha ido à extracção de inertes do Castelo Ventoso, acrescentou que não tinha a ver com o município directamente, mas sim com o Ministério da Economia.
Concluiu que relativamente ao Boletim Municipal recebia o mesmo em casa, e que estava informado.

O Presidente da Assembleia, como era meia-noite pôs a votação a continuação sessão, a mesma foi aprovada por maioria com dois votos contra dos Deputados Ana Isabel Semião e José Carlos Reis.

A Deputa da Luzia Carvalho referiu que finalmente as actividades da Câmara Municipal vinham à Assembleia Municipal, de forma organizada, de forma clara, respeitando aquilo que está definido na lei. Saudou o executivo municipal por esta mudança, a informação que é prestada de uma forma geral aos cidadãos.
Acrescentou ainda que o concelho estava a ser olhado de uma forma global, e deu como exemplo o orçamento onde essa situação vinha esta reflectida. Referiu também a iluminação de natal que se encontrava por todo o concelho, salientando o caso do Torrão.
Mencionou o incentivo que se estava a dar ao comércio local, e que se estendera também ao Torrão.
Falou também na reparação da Torre do Relógio, que era uma iniciativa de louvar por parte do executivo permanente.

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Albino Francisquinho cumprimentou os presentes, esclareceu que a sua Assembleia de Freguesia tinha sido no dia anterior e mencionou que actualmente não se fazia perguntas ao executivo com tanta frequência, uma vez que de momento o executivo da junta trabalhava directamente com o executivo da câmara, salientando que este método de trabalho não existia com o executivo anterior.
Mencionou que o requerimento que tinha sido entregue pela bancada do PS, e referiu que no último mandato tinha várias vezes manifestado essa preocupação, relativamente à tubagem de abastecimento de água, conter fibrocimento e não obteve qualquer resposta por parte do executivo.
Disse que actualmente continuava com essa preocupação, e que tinha obtido respostas e talvez daqui a um ano, uma parte da Freguesia de São Martinho já tenha solução para o problema.
Afirmou que se no próximo ano não tiver resposta ao problema, ele será o primeiro a dize-lo.

O Presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal, Arlindo José Passos esclareceu que a Assembleia de Freguesia iria ser no dia seguinte, uma vez que a Assembleia Municipal tinha sido alterada, neste caso, tinha sido antecipada.
Acrescentou ainda, que tinha uma lista, lista essa que os deputados conheciam do mandato anterior e salientou que a mesma tinha aumentado. Informou, que tinha tido três reuniões com o executivo permanente onde essa lista foi apresentada, mas referiu que a forma de trabalhar com este executivo era diferente.

O Deputado Leonardo Jacinto cumprimentou os presentes e referiu os arranjos que tinham sido feitos na Freguesia de Comporta, nomeadamente o acesso às embarcações dos pescadores do

Possanco, acrescentando ainda, que o acesso ao Cais Palafítico da Carrasqueira também tinha sido reparado e que a iluminação tinha ficado perfeita.
Disse que estavam a entrar novamente na época da pesca e que o cais em alguns sítios, já necessitava de reparação.
Acrescentou ainda, que por vezes iam filmar no cais, e sem autorização, entravam nos barcos e já tinha havido uma situação mais grave, em que soltaram o barco.

O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Virgílio Silva cumprimentou os presentes e referiu, que por vezes a informação chegava a ser em excesso. Relativamente às Assembleias de Freguesia, frisou que não estavam dependentes da câmara para as realizar.
Frisou ainda que se tem feito obra, mas referiu que cada vês se torna mais difícil, devido à componente social, que cada vez era mais absorvente.
Elogiou a informação que a câmara municipal está a passar e não será correto dizer que não existe informação por parte do município.

O Deputado Duarte Lynce Faria interveio dizendo que nas Assembleias Municipais que eram descentralizadas todas as reivindicações que eram feitas ficavam em ata, acrescentando que era uma forma de controlar, se o executivo dava resposta ou não.
Elogiou o conteúdo do Boletim Municipal, assim como a mudança de cor do mesmo, sendo que o mesmo ficava mais moderno.
Disse que nos executivos anteriores, relativamente ao projecto RUAS, a informação que passou nem sempre foi a mais correcta.
Mencionou ainda o apoio ao comércio local e referiu que era um salto qualitativo fundamental, mas não fazia sentido, sem promover a regeneração urbana.
Frisou que a obra do talude da estrada de São Romão, era uma obra muito complexa, que não havia certezas de que a intervenção que estava a ser concretizada solucionasse o problema, mas louvava todo o trabalho que estava a ser feito.
Relativamente à sinalização na Foz, referiu que não era problema deste executivo, uma vez que já tinha sido abordado anteriormente, pois de vez em quando, os sinais estão desligados, o que era um perigo, e questiona se não valerá a pena, simultaneamente com os sinais existirem lombas.

O Presidente da Assembleia, realçou que existia bastante informação por parte da câmara, enalteceu o trabalho desenvolvido nesta área que considera excepcional e chega a todo o concelho.

Relativamente à questão das reivindicações por parte dos Presidentes de junta, relembrou o Deputado Luís Nunes, que nos dois últimos mandatos, existiram dois presidentes de junta que também nunca fizeram quaisquer reivindicações ao executivo nas Assembleias Municipais.
.

O Deputado Vítor Elias cumprimentou os presentes e relembrou aos deputados Duarte Lynce Faria e Luís Nunes que relativamente às propostas que as juntas de freguesia propunham no mandato anterior, grande parte delas nomeadamente as da Junta de Freguesia de Comporta e Junta de Freguesia de São Martinho, o anterior Presidente da Câmara nem se dignava responder.

O Deputado Duarte Lynce Faria, referiu que quando era presidente da Assembleia Municipal, nas Assembleias descentralizadas, tornava publicas as reivindicações de todas as forças politicas.

O Presidente da Câmara, informou o Deputado Luís Nunes que até agora, tem discutido com Os Presidente das Juntas, tudo o que é para discutir, referindo que era um trabalho de concertação, de diálogo, de tentar atender aos pedidos feitos pelas juntas de freguesia e pelas associações.
Quis deixar uma palavra de apreço aos Presidentes das Juntas de Freguesia, eleitos das juntas de freguesias e também, aos trabalhadores do município.
Mencionou, que a comunicação era parte da democracia, e todos tinham responsabilidade de daqui a uns anos olhar para trás e dizer que todos colocaram um tijolo para que Alcácer do Sal, seja um concelho mais desenvolvido, no campo educação, do combate ao analfabetismo, formação, cultura, turismo emprego e auto-estima das pessoas.
Referiu que os problemas da Freguesia de Comporta eram muito graves, existia uma preocupação muito grande relativamente às pessoas, em que as casas não estavam em seu nome e pagavam IMI das mesmas e era uma situação que já vinha de há trinta, quarenta anos atrás, salientando que ninguém sabia o que é que iria acontecer à Rio Forte, uma vez que foi declarada a falência da mesma.
Informou que tinha havido uma antecipação do Congresso da ANMP, devido à situação de ataque ao poder local, e que num entendimento, os eleitos da CDU e os eleitos do PS, conseguiram que se antecipasse o congresso, e o PSD acabou por votar favoravelmente. Informou que o mesmo iria ter lugar em Tróia, o que significava que os municípios que ficam ao redor só tinham a ganhar.

O Presidente da Camara solicitou ao Presidente da Assembleia que fosse dada a palavra à Vereadora Ana Luísa Soares, o que lhe foi concedido, tendo a mesma cumprimentado os

presentes e esclareceu que iria falar sobre a intervenção que o Deputado Serafim Inocêncio, tinha feito e associar a mesma aos Casebres. Referiu que se tinha constado constatado, que os dois problemas fundamentais do ponto de vista de abastecimento de água estão em Foros de Albergaria e Casebres. Em Casebres, por ser a rede de águas mais antiga do concelho, estavam a estudar a concepção de projectos de infra-estruturas de abastecimento de água, saneamento e rede de pluviais, uma vez que não existem em nenhuma das aldeias. Referiu que os projectos estavam a ser desenvolvidos por técnicos da autarquia, salientou que não era uma situação de fácil resolução, pois do ponto de vista financeiro obriga a um investimento muito grande, mas estavam a estudar qual a melhor formar de concretizar as obras.

Acrescentou que esta situação não era recente, pois este problema tinha-se arrastado ao longo dos anos.

Relativamente ao talude em São Romão, informou que era uma reivindicação da população do Torrão, Rio de Moinhos e São Romão, que já tinha bastante tempo. Salientou que a situação, era muito mais complexa do que aquilo que perspectivaram no início, foi feita a reparação possível, face às circunstâncias, mas adiantou que já existia um plano interno para se fazer um estudo mais aprofundado, para no futuro se encontrar uma solução permanente.

O Presidente da Assembleia, por solicitação do Presidente da Câmara concedeu a palavra ao Vereador Manuel Vítor, que cumprimentou os presentes e esclareceu o Deputado Serafim Inocêncio relativamente à situação dos inertes e informou que a empresa Sifucel, estava a explorar os inertes no Casal Ventoso.

Disse que em 2004, tinha aparecido um pedido exploração de inertes naquele terreno, por parte de um empresário que não era do Grupo Parapedra. O pedido prolongou-se durante o ano de 2005, e a câmara, na altura, da CDU, tomou a posição de não licenciamento, mas em 2006, surge o licenciamento daquela exploração pela Sifucel, e quem tinha licenciado, tinha sido o Ministério da Economia e a câmara, à data, não tomou qualquer posição e não emitiu qualquer parecer sobre essa matéria. Acrescentou, que durante o executivo anterior a câmara tinha licenciado as edificações de apoio à exploração.

Referiu ainda que recentemente, tinha havido um pedido da Sifucel para a câmara se pronunciar sobre a localização e para emitir um parecer para o aumento da exploração, e a câmara deu um parecer negativo.

Informou, que estavam atentos e que conjuntamente com o Grupo Parlamentar do PCP já tinha visitado o lugar, sendo este Grupo Parlamentar o único que teve coragem de colocar esta situação

na Assembleia da Republica, sublinhando o facto de a câmara municipal não ter poder para encerrar aquela exploração.
Referiu ainda, a Herdade da Comporta, dizendo que a mesma tinha mais de duas centenas de rendeiros, que os mesmos corriam riscos, tal como os trabalhadores da Herdade da Comporta, sendo uma situação muito preocupante.

ORDEM DE TRABALHOS

1 - Análise e conhecimento da proposta referente ao parecer do Fiscal Único sobre informação financeira semestral da EMSUAS, E.M.
A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

2 - Análise e conhecimento da informação referente ao Relatório Final da Inspecção da IGAMAOT ao Município de Alcácer do Sal e apresentação das linhas condutoras da posição da Câmara Municipal.
Intervenções:
O Presidente da Câmara, disse que tinha sido uma inspecção bastante profunda, salientou que tinha sido uma inspecção demolidora relativamente ao município, visando ainda outras entidades como a CCDR, a DGT, entre outras.
Referiu que o município entendeu efectuar resposta ao contraditório, considerando que o executivo anterior agiu da melhor forma que soube e pôde, no âmbito do direito público, salientando que os técnicos que elaboraram o relatório estavam no mandato anterior.
Mencionou que tinha falado com a CCDR e com o próprio Sr. Ministro sobre esta inspecção, salientando que o processo esteve muitos meses na posse do Sr. Ministro, mas entretanto o município arrancou com a carta da REN.
Acrescentou que a homologação do Sr. Ministro tinha caracter vinculativo, e que não fazia sentido, face à carta da REN actual.

O Deputado Duarte Lynce Faria salientou o facto de a CCDR estar do lado do município e haver uma inspecção do estado central contra a sua própria entidade descentralizada

Referiu que o próprio governo mais uma vez, desautoriza as próprias decisões da CCDR, que coincidem com as do município.
Concluiu dizendo, que o caminho, será a impugnação em tribunal, deste processo.

O Presidente da Câmara afirmou que este processo iria até às últimas consequências, mas que a IGAMAOT também poderia seguir até o Supremo Tribunal de Justiça.
Tomado Conhecimento.
A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

3 - Análise e votação da proposta referente à Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente.
O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão.
Não havendo intervenções,

O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

4 – Análise e votação da proposta referente às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos – PPI e Actividades Mais Relevantes – AMR) e Orçamento para o ano de 2015.
O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão.
Intervenções:
O Deputado Duarte Lynce Faria, referiu que existiam algumas verbas com valores expressivos que não estavam devidamente consignadas em termos gerais. Mencionou o resumo das despesas por classificação económica, deu como exemplo, outros serviços, com um valor que rondava os três milhões de euros.

O Presidente da Câmara solicitou ao Presidente da Assembleia que fosse dada a palavra à Dra. Dra. Carla Mota Técnica Superior da DAF, para intervir sobre esta matéria. Tendo-lhe sido dada palavra a Dra. Carla Mota, começou por que o valor estava considerado em blocos, que por sua vez estavam reflectidas nas económicas, acrescentado que estavam classificados nos projectos.

O Deputado Duarte Lynce Faria, mencionou que relativamente ao capital embora com uma expressão menor, a verba em, *outro*, também não compreendia o que significava.

A Dra. Carla Mota, respondeu que o capital estava todo reflectido em projecto e se somassem todos os projectos naquela económica, iria dar o total que tinha mencionado, relativamente às correntes e acrescentou que este ano, tinham tentado colocar tudo o que conseguissem, em projecto.

O Deputado Duarte Lynce Faria mencionou que nas duas rubricas havia grandes variações em comparação com os últimos orçamentos.

O Deputado Serafim Inocêncio questionou a diferença para o ano de 2015 entre a receita corrente e receita de capital.

A Dra. Carla Mota respondeu que este ano a regra do duplo equilíbrio tinha mudado, e a receita corrente era superior porque à despesa e teria de se somar o total dos empréstimos

O Deputado Serafim Inocêncio salientou o facto, de haver uma grande diferença entre o orçamentado e o executado.

O Presidente da Camara, usou da palavra, informou que o executivo tinha feito as suas previsões, que iriam tentar cumprir. Mencionou que não tinham um cêntimo de financiamentos comunitários, mas estava seguro que iriam obtê-los

O Deputado Serafim Inocêncio referiu que existiam discrepâncias no que estava apresentado no orçamento.

O Deputado Duarte Lynce Faria mencionou uma rubrica de financiamento comunitário.

O Presidente da Câmara referiu, que o que tinha dito era sobre novos financiamentos, nomeadamente, o Portugal 2020.

O Deputado Serafim Inocêncio pediu mais informações sobre o Centro de Ciência Pedro Nunes, o Projecto Energético Património de Alcácer do Sal assim como o Museu Municipal.

O Presidente da Câmara, informou que era um propósito para iniciar em 2015, um projecto de médio prazo e acrescentou que o Centro de Ciência Pedro Nunes seria em parceria com outras entidades.
Relativamente ao Centro Energético-Património de Alcácer do Sal tinha a ver com a iluminação do património de Alcácer do Sal.

O Deputado Serafim Inocêncio referiu as despesas correntes, e questionou o porquê de existir um aumento tão significativo.

O Presidente da Câmara informou, que a despesa corrente entre o ano de 2013 e ano de 2014, tinha diminuído e as despesas com pessoal tinha aumentado, mas isso devia-se à entrada dos trabalhadores da EMSUAS para a Câmara.
Referiu que a despesa corrente não era uma despesa má, uma vez que tinha a ver com a educação, cultura, saúde, desporto etc.

O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.
Deliberação: Aprovado por maioria com 8 abstenções dos Deputados do PS.

O Presidente da Assembleia solicitou aos Deputados do PS que apresentassem a Declaração de Voto.
A Declaração de Voto – ***(GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PPI E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES – AMR) E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2015)***, apresentada pelos Deputados do PS, foi lida pelo Deputado Duarte Lynce Faria.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PPI E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES – AMR) E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2015

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PS

A proposta das grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2015, apresentado pelo Executivo da CDU tem como objetivos políticos os que são traçados no seu preâmbulo, procurando dar expressão à "visão estratégica, a participação de todos visando tornar Alcácer um território de qualidade que há muito que esta população aspira e merece", baseada nas seguintes opções "para uma Alcácer do Sal com vida":
(1) "forte investimento na cultura; (2) "apoio sociais as populações"; (3) "forte investimento no território, em particular regeneração urbana"; (4) "renovação da rede de abastecimento de água e rede esgotos domésticos do concelho".

As linhas directoras deste documento são o reflexo das opções políticas do Executivo e da CDU para o concelho. E, infelizmente, verifica-se que, uma vez mais, há uma contradição substancial entre os termos do preâmbulo e os documentos previsionais que se apresentam. E vejamos porquê.

Do ponto de vista estritamente financeiro, o orçamento apresenta um aumento de 9%, com um crescimento de 17% no orçamento corrente em relação ao ano anterior e uma diminuição substancial de 17% no orçamento de capital (ou seja, no investimento em sentido amplo). Na aquisição de bens de capital a redução é de 24% e o investimento em bens do domínio público (como sejam, construções, arruamentos, sistemas de drenagem e de captação e distribuição de água) decresce 75%, sendo substancialmente o menor dos últimos anos.

Verifica-se, assim, que o aumento do valor do orçamento em 29% em 2 anos, correspondeu, sempre, a uma diminuição do orçamento de capital e a um aumento do orçamento corrente em 33% com prejuízo para o investimento total no concelho.

No caso concreto da aquisição de bens e serviços, o crescimento é de 38% relativamente ao ano passado e de 75% em relação a 2013, constando um valor inexplicável de quase 4 milhões de euros na rubrica "Receitas correntes – Diversas" cujo valor não tem paralelo nos últimos 4 anos.

Depois, o apoio social às populações que está na linha da frente das opções estratégicas, fica gravemente penalizado com o corte na rubrica de subsídios às "famílias" que atinge os 29% (passando de um valor de 143 mil para 101 mil em relação a valores de 2014).

Este orçamento esquece a importância do orçamento de capital – ou seja, o investimento em sentido amplo - que não chega, sequer, aos 4 milhões de euros (valor mais baixo de sempre) e, ainda assim, o valor mais significativo diz respeito ao Centro Pré-escolar do Morgadinho (que é uma continuidade do antigo executivo).

Os investimentos que são enunciados no preâmbulo não apresentam a correspondente dotação financeira como, por exemplo, na "renovação de redes de abastecimento redes esgotos domésticos" (180 mil para esgotos e 50 mil para abastecimento" e na regeneração urbana estão previstos, apenas, 170 mil euros. Em relação, à promessa inscrita no orçamento de 2013 de construção do parque de atividades, voltou a derrapar para o ano de 2016. O mínimo que se pode dizer desta estratégica politica é que está completamente desadequada face à falta de sustentação orçamental que desembocará num rotundo falhanço!

Quanto ao tão comentado sobredimensionamento (ou empolamento) dos valores orçamentais e que, nesta altura, vem sempre à discussão, esta bancada – fosse apoiante do Executivo ou na oposição - nunca criticou a sua necessidade no que se refere aos orçamentos de capital, tanto

mais que a maioria dos projetos têm impactos plurianuais e nem sempre os recebimentos chegam a tempo e horas, por exclusiva responsabilidade da Administração Central.

Mas já quanto à questão do orçamento corrente, as regras do POCAL e as normas gerais da contabilidade pública e do bom governo, aconselham a que os valores sejam, muito aproximadamente, os correspondentes à execução.

Pois bem: neste orçamento, sobretudo em virtude do sobredimensionamento da rubrica "outras receitas correntes" e da brutal pressão que significa o aumento da "aquisição de bens e serviços" na ordem dos 38% (passando de 5.936 milhões para 8.210 milhões), verifica-se uma diferença de aproximadamente 2,7 milhões de euros que corresponde a um aumento de 17% e 27% em relação aos anos de 2014 e 2013 respetivamente nas rubricas correntes.

Esta diferença na execução vai certamente implicar, para além da falta de rigor, um saldo corrente negativo que é sempre de evitar, tanto mais que o Estado, ao flexibilizar a quota das transferências correntes diminuindo o valor global, vai induzir as autarquias a diminuírem o investimento o que é grave no período atual de crise profunda. O Governo PSD/CDS, uma vez mais, desresponsabiliza-se e as autarquias não podem facilitar pois, quando não, o nível de investimento será cada vez menor e as autarquias tendem a ter orçamento que sustenta, apenas, as suas despesas correntes!

A proclamação política do orçamento não tem, assim, sustentação na documentação que é proposta, nem se entende como é possível projetar uma estratégia sem a inscrição das rubricas plurianuais mais importantes como a regeneração urbana, ou mesmo a renovação de redes de abastecimento e esgotos para além das tradicionais inscrições de rubricas com valores reduzidos, que tinha sido uma crítica sistemática da CDU.

É um orçamento de pouca transparência e rigor pelo facto de não demonstrar com estrita clareza aonde estão previstos serem efetuados os investimentos (em que ponto do concelho estão previstos os respetivos investimentos no abastecimento, nos esgotos, ou mesmo na rede viária, uma vez que agregaram todos os pontos do concelho num projeto único, não se conseguindo com isso perceber onde está previsto o respetivo investimento), ou em que sectores estão previstos serem aplicadas as verbas em correntes. Uma vez que o orçamento está apenas e só dividido em dois grupos (o da Assembleia Municipal e o da Câmara Municipal, não se sabendo em que sectores vão ser empregues as verbas, se na educação, na ação social ou no gabinete de informação, por exemplo).

Por exemplo, existem valores tais como na rubrica "contractos de aluguer e serviços", que apresenta um valor de 250 mil euros, que podem ser aplicados em qualquer sector.

Este orçamento apresenta-se de formas distintas: uma parte em projetos claramente bem definidos e com alguns valores realistas, tais como "casa dos médicos", "Prestação serviços eletrotécnicos"

ou "recriação histórica", e outros projetos que são autênticos "sacos não discriminados" de onde qualquer projeto poderá ser inserido, o que demonstra, nestes casos, uma falta de planeamento do que está previsto ser executado (tal como o projeto de "contractos de aluguer e serviços", "Feiras" ou "iniciativas culturais").

Contudo, a bancada do PS congratula-se pela manutenção dos projetos iniciados no mandato anterior, designadamente, o Centro de Educação Pré-Escolar de Alcácer do Sal e a construção de ETAR´s que, ainda assim, dão alguma expressão ao investimento no próximo ano que, reitere-se, é inferior ao que merece a população do concelho. E importa, igualmente, reter a necessidade de investir em aglomerados populacionais fora da sede do concelho, designadamente, no caso do Torrão, da Comporta, de Santa Catarina e de Santa Susana.

Com a pressão das despesas correntes e pelo facto de haver pouca transparência na consignação de algumas verbas do orçamento, não haveria espaço para uma alocação a áreas prioritárias também tomadas como tal pela CDU.

Perguntamos, pois: e a política de racionalização dos recursos humanos não obrigará a acautelar a sustentabilidade dos postos de trabalho? O aumento das despesas com o pessoal de 14% repercute-se no aumento significativo dos valores previstos para as tarefas e avenças, que tem um acréscimo de valores na ordem dos 54% e 171%, relativamente aos anos de 2014 e 2013, respetivamente. E onde está a dinamização da captação de investimento para o concelho para criação da riqueza que tem sido apregoado desde o orçamento de 2013?

Quer na área da cultura (mencionada no preambulo), quer as outras áreas, tais como o turismo e o desporto, as ações não são claramente definidas e, assim, não se sabe onde serão aplicadas, o que significa que os elementos são deficitários e insuficientes para credibilizar uma estratégia indispensável para o concelho.

E é bom que igualmente se retenha a condição financeira de excelência deixada pelo Executivo PS na Câmara de Alcácer do Sal: segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, anos de 2011 e 2012 e 2013, o Executivo PS reduziu o seu passivo mais de 70%, estabilizando em 500 mil euros, conforme prestação de contas de 2013 (menos de 0,5% do total do endividamento das câmaras do Distrito, sendo a única que não apresenta qualquer endividamento líquido).

Em síntese: não se vislumbra que a proposta das grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2015, apresentado pelo Executivo da CDU tenha, na sua base, uma estratégia de desenvolvimento a médio prazo minimamente credível e que a sustente, nem o rigor que lhe seria exigido, do ponto de vista das rubricas "correntes", que permita garantir a sua execução, nem acautelar um valor razoável de investimento, que cai pelo segundo ano consecutivo e, agora, nuns expressivos 17%.

Apesar da bancada do PS ter fundadas razões para criticar a inconsistência de algumas rubricas dos presentes documentos, acredita que algumas delas poderão merecer, por parte do Executivo, algumas alterações, designadamente, tornando-as mais consentâneas com algumas das opções que a própria CDU definiu e que, uma parte corresponde às prioridades que a população do concelho tão justamente reivindica.

O momento é de profunda crise de valores e da vivência democrática e, por isso, o combate político, sobretudo a nível autárquico, deve sempre ter em conta os interesses da população do concelho e que o PS quer contribuir para resolver.

A exigência de um maior rigor nas contas públicas contribui decisivamente para que haja uma tendencial coincidência entre o que se projeta e o que se executa, deixando rubricas residuais não consignadas de valores pouco expressivos.

Pelas razões expostas e pela continuidade de muitos dos projetos e opções subjacentes, o Grupo Municipal do PS abstém-se na votação da proposta das grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2015.

A Declaração de Voto – apresentada pelos Deputados da CDU, foi lida pela Deputado Luzia Carvalho.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Numa altura em que a população portuguesa continua a sofrer políticas de austeridade, tão violentas quanto injustas, com medidas que têm levado a um claro e profundo aumento das desigualdades sociais, compete-nos a nós deputados municipais, eleitos para defender os interesses dos munícipes, tomarmos decisões marcadas pela coerência, seriedade e honestidade, em prol da população que servimos.

O Governo tem vindo a desferir ataques ao Poder Local, nomeadamente através do encerramento de serviços públicos, empobrecimento das populações e restrições financeiras aos municípios e com a última grande medida que é a criação de um Fundo de Apoio Municipal, que mais não é do que um novo instrumento para espoliar os municípios, obrigando-os a assumir as responsabilidades do Estado.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal valorizam os Documentos Previsionais, apresentados um ano após a entrada em funções do novo executivo, refletindo os compromissos e os passivos herdados do executivo anterior e também os novos projetos, lançados

pelo atual executivo, dentro dos limitados recursos disponíveis e em rigoroso cumprimento de todas as disposições legais.

Mais do que números, num orçamento, estão refletidas as opções estratégicas e estas merecem a aprovação dos Eleitos da CDU, mas o que através destes números nós podemos interpretar, é que o enquadramento com a realidade do país, com a lei das finanças locais e com uma gestão responsável se encontra garantido. Enumeramos apenas algumas das opções que consideramos estratégicas: O investimento crescente nos recursos turísticos de Alcácer, na captação de investimentos geradores de emprego e nos financiamentos comunitários;

O investimento na modernização administrativa e nas tecnologias informáticas;

- O investimento na Cultura, nomeadamente em áreas de expressão artística, como o cinema, o teatro, entre outros;
- O decisivo apoio ao movimento associativo;
- Os investimentos de qualificação no Parque de Feiras e Exposições;
- O apoio social às populações, através da ação direta na Educação e Ação Social, apoiando as famílias e protegendo os mais frágeis;
- Os novos investimentos no parque escolar e oferta de livros às nossas crianças;
- O apoio às Instituições Publicas de Solidariedade Social previsto, de forma mais intensa em 2015;
- O apoio às nossas Corporações de Bombeiros e o reforço do novo Serviço Municipal de Proteção Civil;
- O investimento no território, com a criação da Área de Reabilitação Urbana de Alcácer, continuando a revisão do PDM, melhorando os caminhos rurais, acessos e a sua iluminação;
- A renovação da rede de abastecimento de águas e da rede de esgotos, bem como redução de perdas de água;
- O investimento na imagem e promoção do município e no reforço da cooperação com os investidores;

- O investimento na melhoraria das condições laborais dos trabalhadores da autarquia, de que são exemplo, entre outros, a renovação da frota de viaturas, as condições de trabalho nos setores operativos e vestuário.

As GOP's e o Orçamento refletem a mudança que este executivo está a imprimir e estamos certos de que Alcácer do Sal vai voltar a estar no mapa, reencontrando o caminho do desenvolvimento.

Alcácer do Sal 18 de dezembro de 2014

Os Eleitos da CDU

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

5 – Análise e votação da proposta referente ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, para o ano de 2015.

O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão.

Intervenções:

O Deputado Luís Nunes pediu alguns esclarecimentos, uma vez que tinha duvidas relativamente à redução de funcionários, porque ao fazer as contas existiam mais funcionários a entrarem, do que aqueles que saiam.

O Presidente da Câmara solicitou ao Presidente da Assembleia que concedesse a palavra à Vereadora Ana Chaves, o que foi concedido.

A Vereadora Ana Chaves, cumprimentou os presentes e esclareceu que realmente tinha havido uma diminuição, mesmo com a *internalização* dos trabalhadores da EMSUAS e que essa redução rondava os 6%.

O Presidente da Camara, solicitou que o Dr. Mário Cardoso Chefe da Divisão de Recursos Humanos pudesse usar da palavra o que foi concedido esclarecendo este, que alguns trabalhadores da EMSUAS tinham rescindido, e também tinham havido outras saídas, dai existir esta redução no número de trabalhadores.

O Deputado Serafim Inocêncio questionou se eram 398 funcionários.

O Dr. Mário Cardoso Chefe da Divisão de Recursos Humanos confirmou o número de funcionários.

O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por Unanimidade.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

6 – Análise e votação da proposta referente à autorização prévia genérica no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

O Presidente da Assembleia colocou a proposta à discussão,

Não havendo intervenções,

O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por Unanimidade.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

7 – Análise e votação da proposta referente à prorrogação do prazo da deliberação de autorização de 29-04-2014 referente à abertura de procedimentos concursais comuns de recrutamento de pessoal, na modalidade de contrato em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de 67 postos de trabalho, resultantes da dissolução da Empresa Municipal de Serviços Urbanos de Alcácer do Sal – EMSUAS.

O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão.

Intervenções:

O Deputado Nuno Dias usou da palavra e relembrou que quando se tinha iniciado o processo de internalização, tinha sido bastante discutida essa situação quer a nível de Câmara, quer a nível de Assembleia, referindo que era um processo que ainda não estava terminado, mas era um processo que estava a ser bem conduzido e que o resultado final será bastante positivo. Referiu que, do

ponto de vista politico, tinha havido grande frontalidade e sempre afirmaram que era um problema bastante complexo,
Salientou que tinha havido câmaras que se limitaram a dissolver as empresas municipais, outras ainda estavam num processo ainda muito inicial.
Quis mais uma vez mostrar gratidão, pelo trabalho que tinha sido feito pelo executivo, na condução do processo e também pelos técnicos da câmara envolvidos no mesmo.

O Deputado Duarte Lynce Faria salientou a linha de conduta que o executivo tinha tomado e a forma inteligente em como foram lançados os procedimentos concursais.

O Presidente da Assembleia, salientou que se deveria acrescentar a palavra **coragem**.

O Presidente da Câmara, interveio a seguir e disse que tinham tentado uma outra solução, que era uma empresa intermunicipal, mas era inviável. Salientou a orientação e coragem politica e o conhecimento muito objectivo, além da capacidade de falar com os trabalhadores e realçou o papel da Vereadora Ana Luísa Soares, que coordenou o grupo de trabalho, em conjunto com o Vereador Manuel Vítor. Informou ainda que fizeram também parte deste grupo de trabalho o Dr. Enes Martinho e o Dr. Mário Cardoso.

Deu conhecimento à Assembleia que já tinha falado com os trabalhadores a agradecer por terem confiado neste executivo.

A Vereadora Ana Luísa Soares referiu que era um assunto que tinha sido uma prioridade, desde que tinha assumido funções, acrescentou que este projecto estava intimamente ligado à confiança do executivo, dos deputados e dos funcionários.

O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.
Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

8 – Análise e votação da proposta referente à alteração ao Regulamento da Oficina da Criança.
O Presidente da Assembleia colocou a proposta à discussão,
Não havendo intervenções,

O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por Unanimidade.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

9 – Análise e votação da proposta referente ao reconhecimento de interesse público-adução a Grândola.

O Presidente da Assembleia colou a proposta à discussão,

Não havendo intervenções,

O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por Unanimidade.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

10 – Análise e votação da proposta referente ao Plano de Pormenor da Fonte da Talha – Suspensão e medidas preventivas.

O Presidente da Assembleia colou a proposta à discussão,

Não havendo intervenções,

O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por Unanimidade.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

11 – Análise e conhecimento da proposta referente ao Concurso Público Para a Concessão da Gestão, Exploração e Manutenção de Infraestruturas Aptas ao Alojamento de Redes de Telecomunicações – Adjudicação.

Tomado Conhecimento.

A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

12 – Análise e conhecimento da informação referente à Atividade Autárquica.

O Dr. Duarte Lynce Faria elogiou o trabalho que tinha sido apresentado.

O Presidente da Assembleia elogiou o documento e referiu o que mesmo pedia sugestões por parte dos deputados

Tomado Conhecimento.

A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo mais assuntos a tratar entrou-se no período de intervenção do público.

O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra, perguntando ao público presente, se alguém queria intervir.

O Sr. António Meireles, usou da palavra e congratulou-se com a forma como se desenvolveu a Assembleia, que considerou ter sido uma grande prova do exercício da democracia.

APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES

Foi lida a minuta da ata, pelo 1º secretário da mesa, a fim das deliberações nela integrantes, produzirem efeitos imediatos.

Colocada à votação foi aprovada, por unanimidade.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pelas duas horas e vinte e cinco minutos do dia 19 de dezembro do ano dois mil e catorze. Eu, Dina do Carmo Prego Semião Sardo e Nuno Manuel Carvalho, assistentes técnicos, redigimos a presente ata, que assinamos com o Presidente da Assembleia Municipal.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

OS ASSISTENTES TÉCNICOS